



Racismo, Ciência e Mulheres Negras: Há Conexão? O Apagamento Feminino na Produção Científica.

Anna Léa Silva Barreto¹, Patrícia Romana²

RESUMO:

Este artigo propõe uma análise crítica sobre as interseções entre racismo, ciência e gênero, com foco no apagamento histórico das mulheres negras na produção científica. A partir de uma abordagem interseccional, evidencia-se como a ciência — frequentemente percebida como neutra — é, na verdade, atravessada por estruturas de poder que excluem corpos e saberes não hegemônicos. A construção da ciência moderna, marcada por uma epistemologia eurocentrada, patriarcal e colonial, contribuiu para a invisibilização de mulheres negras como produtoras de conhecimento. A análise aborda o papel das premiações científicas internacionais, como o Prêmio Nobel, que reforçam a exclusão quando se observa a ausência de cientistas negros e negras entre os laureados revelando um sistema de reconhecimento que perpetua desigualdades raciais e de gênero. Em contraponto, o artigo apresenta iniciativas de resistência e visibilidade, mostrando a trajetória de mulheres negras que se destacam na ciência e que buscam desconstruir estereótipos e promover a representatividade de mulheres negras na academia contribuindo para a construção de novas narrativas sobre quem pode ser cientista. A reflexão proposta é urgente: é preciso descolonizar os saberes, ampliar os horizontes epistemológicos e reconhecer que a ciência só será verdadeiramente democrática quando incluir todas as vozes — especialmente aquelas que historicamente foram silenciadas.

Palavras-chave: Mulheres negras, Ciência, Interseccionalidade, Racismo, Representatividade.

¹ Bióloga, Biomédica, Especialista em Cultura Afro-brasileira, Novas tecnologia educacionais e Diversidade e inclusão nas organizações. Mestra e Doutora em Ciências (Microbiologia). Professora do Centro Universitário IBMR e da SEEDUC/RJ. Colaboradora da Comissão de Igualdade racial da OAB-Barra da Tijuca.

² Advogada, Advogada fundadora do escritório Romana & Lima - Advogadas Associadas, Especialista em Direito Especial da Criança e do Adolescente, em História e Cultura Afrodescendente e em Direito das Famílias e Sucessões. Vice-presidenta da Frente de Juristas Negras e Negros – FJUNN.



INTRODUÇÃO

A ciência, frequentemente vista como neutra e objetiva, carrega em sua história marcas profundas de exclusão e apagamento. Quando observamos quem são os sujeitos legitimados como produtores de conhecimento, percebemos que mulheres, em especial mulheres negras ocupam um espaço mínimo — quase invisível — na narrativa científica dominante. Este artigo propõe uma reflexão sobre as interseções entre racismo, sexismo e ciência, com ênfase no apagamento histórico das mulheres negras na produção científica.

Segundo apontam Barreto e Góes (2024), a ciência é permeada por intencionalidades, subjetividades e contextos históricos. A construção do saber científico moderno, especialmente a partir do século XVII, foi marcada por uma epistemologia eurocentrada, patriarcal e colonial, que definiu não apenas o que seria considerado “conhecimento válido”, mas também quem teria legitimidade para produzi-lo. Esse modelo excluiu sistematicamente saberes oriundos de mulheres, povos africanos, indígenas e outros grupos considerados subalternos ou inferiores, em geral, grupos minorizados, consolidando um paradigma científico que se sustenta na invisibilização e na hierarquização dos saberes.

Esse apagamento não é apenas simbólico, mas estrutural. De acordo com Carneiro (2011), o racismo epistêmico opera na negação da autoria intelectual de sujeitos negros e na desqualificação de seus saberes. A ciência moderna, ao se constituir como projeto colonial, apropriou-se de conhecimentos ancestrais sem reconhecer suas origens, transformando-os em “descobertas” atribuídas a cientistas europeus. Essa lógica se perpetua até hoje, como evidenciado pela baixa representatividade de mulheres negras em espaços acadêmicos e científicos, e pela ausência de suas contribuições nos currículos escolares e universitários (DE NEGRI, 2020, FERREIRA, 2019).

Mulheres Negras na Ciência: Invisibilidade Estruturada

A construção da identidade científica é atravessada por marcadores sociais como raça, gênero e classe. De forma geral, no ambiente universitário, o pertencimento de corpos femininos e negros à ciência é constantemente colocado em xeque por estereótipos e estruturas excludentes. Observações e vivências dialogam diretamente com os dados e análises diversas, especialmente no que diz respeito ao imaginário social sobre quem pode ser cientista (CORENZA, 2022). Imaginário, esse que ainda é dominado pela figura do homem branco de jaleco, essa construção simbólica, reforçada pela mídia e pela educação, exclui mulheres negras da possibilidade de se reconhecerem como produtoras de ciência (BARRETO & GÓES, 2024). Esse sentimento de não pertencimento é alimentado por um sistema que valoriza trajetórias brancas, masculinas e eurocentradas, e que raramente oferece referências negras femininas nos currículos, nos laboratórios ou nas bancas avaliadoras (CORENZA, 2022).

O Prêmio Nobel, considerado o ápice do reconhecimento científico, tem uma história marcada pela exclusão de mulheres e, especialmente, de pessoas negras. Entre 1901 e 2024, apenas 3% dos laureados em ciências foram mulheres, e nenhum cientista negro foi premiado nas áreas de medicina, física ou química. A ausência de diversidade entre os premiados não é reflexo da falta de mérito, mas da forma como o sistema científico legitima determinados perfis e desconsidera outros, ou seja, as indicações e premiações revelam um sistema que favorece cientistas de instituições de elite, perpetuando o apagamento de grupos minorizados. O Nobel não premia apenas descobertas — ele premia narrativas, redes de poder e instituições. Cientistas de países periféricos, mulheres e pessoas negras enfrentam barreiras para serem indicadas, reconhecidas e celebradas. Isso reforça a necessidade de descolonizar os critérios de reconhecimento científico e criar mecanismos que valorizem trajetórias plurais.



Segundo aponta Ribeiro (2020), a ausência de representatividade é uma forma de silenciamento institucional e evidencia como o imaginário social sobre ciência é moldado por estereótipos que excluem corpos racializados e femininos. Como apontam Barreto e Góes (2024), essa construção simbólica não é neutra — ela reforça barreiras de pertencimento e dificulta que mulheres negras se reconheçam como legítimas produtoras de conhecimento.

HeLa, Nobel e o silenciamento científico

A figura de Merit Ptah, médica egípcia anterior a Hipócrates, é emblemática nesse processo de apagamento. Embora sua existência seja registrada em fontes históricas, ela raramente aparece nos compêndios ocidentais de história da medicina (PINHEIRO, 2020). Da mesma forma, os papiros de Amósis e Ebers, que documentam práticas médicas africanas milenares, são frequentemente tratados como curiosidades arqueológicas, e não como parte integrante da história da ciência. Esses documentos, que registram procedimentos médicos entre 1600 e 1500 a.C., revelam um conhecimento sofisticado sobre anatomia, farmacologia e técnicas cirúrgicas no Antigo Egito, mas raramente são reconhecidos como parte da tradição científica global (PERTILE, 2020).

A história de Henrietta Lacks é um dos casos mais simbólicos de supressão e exploração na ciência. Henrietta, mulher negra norte-americana, teve suas células retiradas de um tumor uterino e armazenadas em laboratório sem o devido consentimento em 1951 nos Estados Unidos. Essas células, ficaram conhecidas como HeLa e se tornaram a primeira linhagem celular imortal, sendo fundamentais para avanços científicos como a vacina contra poliomielite, pesquisas sobre câncer,



Síndrome da Imunodeficiência adquirida (AIDS) e até clonagem. No entanto, por décadas, sua família ignorou o fato, e apesar de uma indústria bilionária se construir entorno dessas células não receberam quaisquer reconhecimento ou reparação (SKLOOT, 2011). Esse caso exemplifica como o racismo estrutural opera na ciência: corpos negros são frequentemente utilizados como objetos de estudo, mas raramente reconhecidos como sujeitos de conhecimento. Henrietta Lacks não foi apenas apagada — foi explorada, e sua contribuição involuntária só passou a ser reconhecida oficialmente décadas depois, após intensa mobilização social e acadêmica.

A trajetória de Mae Carol Jemison representa uma ruptura poderosa no imaginário científico hegemônico. Médica, engenheira e astronauta, Jemison tornou-se em 1992 a primeira mulher negra a viajar para o espaço, a bordo de uma missão da NASA. Sua presença em um campo historicamente dominado por homens brancos não apenas desafiou estereótipos raciais e de gênero, mas também ampliou as possibilidades simbólicas de pertencimento à ciência para meninas e mulheres negras em todo o mundo. Contrapondo-se a Henrietta Lacks que teve células do seu corpo apropriadas sem reconhecimento, Jemison reivindicou sua corporeidade como agente de conhecimento, dançando no espaço e afirmando que ciência e arte podem coexistir (PINHEIRO, 2020).

A presença de mulheres negras na ciência brasileira é estatisticamente ínfima. Segundo dados do CNPq, menos de 3% das mulheres pretas e pardas são doutoras e professoras em programas de pós-graduação. Essa ausência não é casual, mas resultado de um racismo estrutural que atravessa desde a educação básica até os espaços de pesquisa (DE NEGRI, 2020, FERREIRA, 2019).

Dentre cientistas brasileiras contemporâneas, destaca-se Jaqueline Goes de Jesus, biomédica e pesquisadora que coordenou a equipe responsável pelo sequenciamento genético do coronavírus em tempo recorde no Brasil. Sua atuação foi decisiva para o monitoramento da pandemia e evidenciou a competência de mulheres



negras na linha de frente da ciência. Jaqueline também se tornou símbolo de representatividade, inspirando jovens negras a ingressarem na carreira científica. Outra referência é Sônia Guimarães, primeira mulher negra doutora em física do Brasil e professora do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), reconhecida como a primeira mulher negra a ocupar esse cargo na instituição. Sônia tem se dedicado à luta por equidade racial e de gênero na ciência, denunciando o racismo institucional e promovendo ações afirmativas para ampliar a presença de estudantes negros nas áreas de exatas (CARVALHO, 2025).

No campo da saúde coletiva, destaca-se Luciana Brito, historiadora e pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), que investiga a escravidão e suas repercussões na saúde da população negra. Sua produção acadêmica contribui para a construção de políticas públicas antirracistas e para a valorização dos saberes afro-brasileiros (BRITO, 2021).

A resistência ao apagamento epistêmico não se dá apenas no campo teórico, mas também na prática cotidiana de cientistas negras que, mesmo diante de barreiras estruturais, têm se destacado em diversas áreas do conhecimento. Essas trajetórias são fundamentais para desconstruir o imaginário hegemônico sobre quem pode ser cientista. Essas cientistas contemporâneas não apenas produzem conhecimento, mas também atuam como agentes de transformação social. Elas desafiam o epistemicídio e reivindicam o direito à autoria intelectual, à memória e à permanência nos espaços acadêmicos (BUENO; ANJOS, 2021).

De acordo com Barreto e Góes (2024), é urgente que a ciência reconheça suas lacunas históricas e promova uma revisão crítica de seus paradigmas. A inclusão de mulheres negras como protagonistas da produção científica não é apenas uma questão de justiça, mas de enriquecimento epistemológico. Bueno e Anjos (2021), apontam que as operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras desafiam essa lógica colonial ao reivindicar não apenas espaço, mas também a legitimidade de seus



saberes. Afinal, segundo Carneiro (2011), “a ausência de mulheres negras na ciência não é natural, é política”.

O silenciamento de mulheres negras na ciência não é apenas estatístico, mas simbólico e afetivo. Ele atua sobre a autoestima, sobre o desejo de permanecer na ciência e sobre a capacidade de se imaginar como produtora de conhecimento. Corenza (2022) propõe que a ciência seja pensada como espaço de afeto, escuta e acolhimento — uma perspectiva que rompe com a ideia de neutralidade e frieza associada ao fazer científico. Essa abordagem humanizada é essencial para construir ambientes acadêmicos mais inclusivos e para garantir a permanência de estudantes negras na pós-graduação e na pesquisa.

CONCLUSÃO

Essas observações corroboram para a tese de que o apagamento não é acidental, mas sistemático. Ele está presente na coleta de dados, na escrita da história, na distribuição de recursos e na construção simbólica do “cientista ideal”. Reconhecer isso é o primeiro passo para transformar a ciência em um espaço verdadeiramente democrático e plural. Além disso, torna-se importante a autoafirmação identitária como estratégia de resistência. Ao reivindicar o lugar de cientista negra, mulheres negras que ocupam esses espaços desafiam o epistemicídio e contribuem para a construção de uma ciência representativa e diversa.



REFERÊNCIAS

BARRETO, Anna Léa Silva; GÓES, Jancleide Teixeira. Cadê a cientista que sempre esteve aqui? Reflexões sobre raça, gênero e ciência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES/AS NEGROS/AS – COPENE, 13., 2024, Belém. Anais... Belém: ABPN, 2024. Disponível em: <https://repositorio-api.animaeducacao.com.br/server/api/core/bitstreams/1472a231-daf1-4ef2-8771-ba5272612035/content>. Acesso em: 30 set. 2025.

BRITO, Luciana. A escravidão e seus legados: saúde da população negra e políticas públicas antirracistas. **Revista Saúde em Debate**, v. 45, n. 129, p. 112–123, 2021.

BUENO, Winnie de Campos; ANJOS, José Carlos dos. Da interseccionalidade à encruzilhada: Operações epistêmicas de mulheres negras nas universidades brasileiras. **Civitas**, v. 21, n. 3, 2021.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Ana. Mulheres cientistas que marcaram a história do Brasil. **Revista Educação, São Paulo**, 17 fev. 2025. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2025/02/17/mulheres-cientistas>. Acesso em: 30 set. 2025

CORENZA, Janaína De Azevedo. Pesquisadoras negras: contribuições para a ciência. Anais VIII CONEDU...Campina Grande: Realize Editora, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/88199>. Acesso em: 30/09/2025.

DE NEGRI, F. Mulheres na ciência no Brasil: ainda invisíveis? Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/177-mulheres-na-ciencia-no-brasil-ainda-invisiveis> (2020) . Acesso em 19.02.2025.

FERREIRA, L. Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam racismo na academia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/> (2019) Acesso em 19.02.25.

PERTILE, Rosangela de Almeida. A história das técnicas médicas a partir de ilustrações em papiros do Egito antigo. **Khronos**, n. 10, p. 79–88, 2020.

PINHEIRO, B.C.S. **Descolonizando Saberes: Mulheres Negras na Ciência**. São Paulo: Livraria da Física, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

SKLOOT, Rebecca. **A Vida Imortal de Henrietta Lacks**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011.